



→
→
Rab
MATEIRO
Lanes

MUNICIPIO DE ALMEIDA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2023
ATA N.º 9/2023

ABERTURA

Ao vigésimo sétimo dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, na freguesia de Leomil, no Salão da Associação Desportiva e Social de Leomil, sito no Largo da Igreja, Leomil, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Professor António Baptista Ribeiro, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, pelo senhor João Paulo Pires Rolim, na qualidade de Primeiro Secretário e sendo a mesma composta ainda, pela senhora Mariana de Almeida Estevão, na qualidade de Segundo Secretário.

Eram nove horas e trinta minutos quando o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Almeida deu início aos trabalhos desta sessão, começando por cumprimentar todos os presentes, agradecendo o generoso acolhimento naquela localidade, da senhora Alice Afonso, Presidente da União de Freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova.

Deu as boas vindas ao novo membro da Assembleia, o senhor António Soares e desejou as melhoras ao senhor José António Isidoro que, por se encontrar doente, solicitou a sua suspensão de funções naquela Assembleia.

AUSÊNCIAS

A sessão teve início com a verificação de presenças e ausências, tendo-se registado a falta do senhor Paulo Alexandre Pereira Cardoso, Presidente de Junta de Freguesia do Freixo e de António Joaquim Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Rio Seco.

O senhor José Manuel Fernandes Gonçalves foi substituído pelo senhor João Alexandre Silvestre Fabião. A senhora Sónia Carvalho Pereira de Jesus Cunha, Presidente de Junta de Freguesia de Almeida foi substituída pelo Secretário, o senhor Pedro Miguel Espinha Mota. O senhor Leandro Giestas Morgado, Presidente da Junta de Freguesia de Freineda foi substituído pelo Secretário, o senhor Fábio Ivan Moreira

Vaz. O senhor Amílcar Monteiro de Almeida, Presidente da União de Freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela foi substituído pelo Secretário, o senhor José Manuel Ribeiro.

*Rel
MAESTRO
Linas.*

ORDEM DO DIA

Pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi declarada aberta a sessão com a seguinte Ordem do Dia:

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

II – ORDEM DO DIA

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e Situação Financeira do mesmo, a que se refere a alínea c), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;
2. Transferência de Competências na Área Social. Alteração do Decreto Lei 55/2020, de 12 de agosto. Prorrogação do Prazo para a aceitação das Competências;
3. 1.ª revisão ao Orçamento 2023.

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO (Art.º 20.º do Regimento da Assembleia Municipal).

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1 - LEITURA E APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Baptista Ribeiro, em ordem ao estatuído no n.º 2 do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, deu conta da ata da sessão anterior, a ata n.º 8, realizada a 19 de dezembro de 2022, tendo a mesma sido colocada à apreciação dos membros do órgão.

Após assinalados e corrigidos alguns erros, a ata n.º 8, da sessão ordinária ocorrida no dia 19 de dezembro de 2022, foi colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com as abstenções dos senhores Fábio Vaz e André Silva.

2 - INFORMAÇÕES GERAIS

2.1 – Correspondência

Moção – “A Guarda e a Unidade de Emergência de Proteção e Socorro”

O senhor Presidente da Assembleia deu conta de um ofício enviado pelo Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, cujo teor é relativo à apresentação de uma Moção – “A Guarda e a

Unidade de Emergência de Proteção e Socorro” a ser enviada ao Presidente da República, Primeiro Ministro, Ministro da Administração Interna, Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana, Comandante da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro, Grupos Parlamentares com representação na Assembleia da República, Assembleia Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela e Assembleias Municipais dos Municípios que integram a CIM Beiras e Serra da Estrela, onde aquela Assembleia, juntamente com a Câmara da Guarda, reivindica a sede da UEPS na cidade da Guarda. O senhor Presidente da Assembleia informou que o ofício lhe foi enviado para que a Assembleia tomasse conhecimento da referida Moção e não para que tomassem qualquer posição.

o
Ral
MMSK
lane-s.

Pedi para intervir o senhor Presidente da Câmara acerca desta Moção, procurando relembrar que também o Município de Almeida tem promessas da realização de obras no Destacamento e Posto de Vilar Formoso, anunciadas em 2017 no aniversário do Comando Distrital da G.N.R. Mais referiu ter ouvido novamente essas promessas em Trancoso e no Sabugal e, ultimamente, ouviu falar dessas intervenções em dezembro, na Guarda. Mais disse que a intenção que haja do Ministério da Administração Interna num cuidado especial com a fronteira e a possibilidade da criação de uma Unidade Especial de Fronteira Terrestre, porque há Unidades Especiais Marítimas, que possam ser criadas e localizadas na fronteira de Vilar Formoso. Disse que com as obras ficaríamos com instalações condignas e com essa possibilidade certamente se estaria a dar um melhor serviço ao País. Relativamente à localização na Guarda da UEPS, disse esperar que cheguem ao consenso dessa localização porque se houver necessidade também se mostrará disponível para encontrar espaços para a localização dessa Unidade. Disse ainda, que em termos regionais é importante que a unidade fique na região pois é sem sombra de dúvidas uma mais valia.

Não havendo mais inscrições, interveio o senhor Presidente da Assembleia dizendo que faz das palavras do senhor Presidente da Câmara, as suas palavras também.

Moção a Favor da Decisão de um Aeroporto para um Processo de Desenvolvimento Territorial mais Harmonioso, de Assembleia Municipal do Município de Belmonte

O senhor Presidente da Assembleia deu conta do ofício enviado pelo Presidente da Assembleia Municipal de Belmonte, cujo teor faz menção à apresentação da “Moção a Favor da Decisão de um Aeroporto para um Processo de Desenvolvimento Territorial mais Harmonioso”, defendendo a localização do novo aeroporto em Santarém. Mais informou, que a Moção vai ser enviada ao Gabinete do senhor Primeiro Ministro, da senhora Ministra da Coesão Territorial, do Ministro das Infraestruturas e Habitação e às Assembleias Municipais da CIM Beiras e Serra da Estrela para que se pronunciem. Após a leitura do documento, abriu espaço para intervenções.

Interveio o senhor Presidente da Câmara para dizer que a posição da Comunidade Intermunicipal também tinha sido a da localização do novo aeroporto se posicionar a norte do Rio Tejo, dentro da região Centro, embora não referindo em concreto a localidade de Santarém. Mais disse que também foi essa a posição tomada pelos Municípios presentes no Conselho Regional, de forma unânime. Pessoalmente, disse que poderia dizer que até ficaria bem no Alto do Leomil ou Alto da Amoreira, que eram uma ótima localização para o nosso Concelho ou ser encontrada uma posição mais central na

região, entre Viseu e Coimbra, sendo certo que o IP3 é uma estrada que há muito tem sido prometida passar para traçado de autoestrada, coisa que não acontece. Referiu que muitas vezes parece que Coimbra tem as costas voltadas para nós e não quer saber da nossa região da Beira Interior Norte, porque é certamente a pior acessibilidade que existe seja para os Hospitais Centrais, seja para as zonas das Universidades, afirmando que viajar para Coimbra é a pior viagem que acontece em Portugal. Concluiu que devem reivindicar que a localização do novo aeroporto seja na Região Centro e a possibilidade de Santarém está a ganhar muita força na comunicação social.

Rel
MAIS
Lanes.

Interveio o Presidente da Assembleia para dizer que mais uma vez faz dele as palavras do Presidente da Câmara, dizendo que a nossa região deveria reivindicar um aeroporto para a Região Centro, que nos servisse, pois, por variadas vezes em que se falou de acessibilidades em Assembleias, disse que Coimbra está servida para Sul com autoestrada, está servida para Norte com autoestrada, fizeram-se autoestradas no país que são paralelas umas às outras, com 40 quilómetros de distância, bastando olhar para a A1 e as autoestradas do litoral, dizendo que nunca houve a coragem, a decisão política de se fazer uma ligação de autoestradas de Viseu a Coimbra e que servisse a Beira Interior. Mais disse que Coimbra sempre se esqueceu da Beira Interior, o que, no seu ponto de vista é um erro político pois a população do Interior visita muitas vezes Coimbra, por motivos de saúde ou motivos políticos, como é o caso do senhor Presidente da Câmara. Conclui, dizendo que para ele, é bem mais fácil deslocar-se para Lisboa do que para Coimbra. Assim, defende a posição da localização do novo aeroporto na região Centro e se de outra localidade não se falar, não se opõe à localização de Santarém. Seguidamente, questionou os membros da Assembleia se queriam votar no imediato a Moção, uma vez que a Assembleia de Belmonte solicitou uma decisão, ou se colocava o assunto na Ordem do Dia.

Colocado a votação a *Moção a Favor da Decisão de um Aeroporto para um Processo de Desenvolvimento Territorial mais Harmonioso*, proposta pela Assembleia Municipal do Município de Belmonte, aprovou-se, por Maioria, com 18 (dezoito) votos a favor, 12 (doze) abstenções e 0 (zero) votos contra, aprovar a Moção.

No momento da votação, estavam ausentes da sala a senhora Maria Helena Alves. Absteram-se os membros João Filipe Coelho, João Silvestre Fabião, Tânia Martinho, António Frias, Maria Veiga e Paulo, Sara Correia, Pedro Mota, Carlos Rodrigues, André da Silva, Mariana Estevão, João Paulo Rolim e Isabel Pereira.

3 – Relatório CPCJ

O senhor Presidente da Assembleia colocou na Mesa o Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJP de Almeida, referente ao ano de 2022 para consulta dos membros da Assembleia, sugerindo que este fosse publicado, se possível, na página de Internet do Município para conhecimento de todos.

4 - Delegar no Presidente da Câmara, Competências para Negociar a Dívida à AZC

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para que o mesmo esclareça o porquê de trazer este assunto à Assembleia. O Presidente da Câmara explicou que trouxe este assunto à Assembleia para que esta se possa pronunciar no sentido de o mandar

novamente para negociar as diligências da dívida à AZC. Informou que houveram reuniões com os Municípios envolvidos e há um pedido de reunião com o Ministério do Ambiente que espera que aconteça brevemente, talvez ainda durante a próxima semana. Foram oficiados pelas Águas do Vale do Tejo no sentido de recordarem que há os Acordos de Regularização previstos em Lei para que possam normalizar as dívidas. A posição de resposta do Município, é a que está no Tribunal Arbitral e que é que estão dispostos a fazer essa negociação dentro do que foram as decisões proferidas no Tribunal Arbitral, dizendo que continuarão a reivindicar.

o
Ral
MATEO
leves.

O Presidente da Assembleia interrompeu o senhor Presidente da Câmara, para sugerir que se fizesse a votação da inclusão deste assunto na Ordem do Dia.

Colocado a votação, foi aprovado, por unanimidade, a integração do assunto “Delegar no Presidente da Câmara, Competências para Negociar a Dívida à AZC”, na Ordem do Dia.

5 – Voto de Solidariedade com a Luta do Povo Ucraniano e Condenação da Invasão Russa

O Presidente da Assembleia referiu que fazia um ano sobre a invasão da Rússia sobre a Ucrânia e, por esse motivo pediu à Assembleia que se aprovasse um Voto de Solidariedade com a Luta do Povo Ucraniano e Condenação da Invasão Russa, propondo que fosse incluído como assunto da Ordem do Dia como ponto 5.

Colocado a votação, foi aprovado, por unanimidade, a integração do assunto “Voto de Solidariedade com a Luta do Povo Ucraniano e Condenação da Invasão Russa”, na Ordem do Dia.

Seguidamente propôs à Assembleia Municipal, cumprir-se um minuto de silêncio, em memória das vítimas desta guerra.

6 – Inscrição para intervenção Antes da Ordem do Dia

Inscreveu-se para intervir o senhor André Silva, Presidente de Junta da Freguesia de Vilar Formoso. Começou a sua intervenção dando os parabéns ao Executivo pelo sucesso da Feira de Caça, Pesca e Desenvolvimento Rural, dizendo que esteve muito bem organizada, apesar de, mais uma vez a Junta de Freguesia “não ter sido achada no assunto”. Acrescentou que, antes que o senhor Presidente dissesse que eles deveriam fazer o circuito contrário, foi o que foi feito, pois foram notados alguns erros que foram prontamente comunicados ao Vice-Presidente, responsável pelos resíduos. Mais disse, que contrariamente ao que pensa o senhor Presidente da Câmara sobre eles, diz quererem o sucesso do atual Executivo, apesar de não acreditarem no seu projeto para o Concelho. No seu ponto de vista, o Concelho precisa de uma mudança e o tempo urge e quem quer que seja a governar os destinos do concelho, tem de sair desta recessão, para deixarmos de ser um dos Concelhos mais pobres, menos inovadores e menos desenvolvidos do País. Disse que quer mesmo que tenha sucesso, e não são as razões ideológicas e partidárias que o levam a dizer que não acredita no projeto do Presidente para o Concelho. O que o leva a dizer isso são os números, o Orçamento que apresentou e no desinvestir nos principais territórios potenciadores de riqueza. O que vêm são projetos megalómanos, sem critério, não potenciadores de riqueza, sem ter consciência dos encargos futuros da sua utilização. Disse que “fica super contente” com os colegas que vão receber estas estruturas pois, com certeza lhe irão dar bom uso e ser uma mais valia

para os seus territórios. Finalmente, a sua questão é como estão os grandes investimentos de Vilar Formoso e para quando a abertura da *Imaculada Business Center* e o término da obra da Rua do Comércio.

Usou a palavra a senhora Tânia Martinho. Começou por, primeiramente, agradecer a receção da senhora Alice Afonso em Leomil. Disse que relativamente à questão de o Relatório de Atividade da CPCJ ser publicado na página de internet do Município, gostaria de fazer referência que em outros Municípios também fazem publicação de Relatórios de Atividades dos Conselhos da Saúde, da Juventude, Educação, inclusivamente das Atas, o que se torna um instrumento de trabalho para todos, pelo que gostaria de saber se irá ou não ser publicado uma vez que até agora ainda não o viu publicado no site do Município.

Procurou também saber se há alguma novidade em relação à questão das muralhas de Castelo Mendo.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Assembleia para dizer que quando sugeriu que o referido Relatório fosse publicado não lhe ocorreu que no Relatório possa existir alguma matéria sensível em relação à Proteção de Dados mas que ressalva a situação, quer que isso seja salvaguardado e se não houver qualquer incompatibilidade, o Executivo decidirá, mas não vê qualquer incompatibilidade em que seja publicado, pois é uma forma de transparência e de colocar os documentos à disposição de uma forma expedita. Seguidamente deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O senhor Presidente da Câmara dirigiu-se ao senhor Presidente de Junta de Vilar Formoso, agradecendo o reconhecimento do bom trabalho desenvolvido, dizendo novamente que a relação tem dois sentidos e que ele está disposto a trabalhar e a aguardar os contributos do Executivo da Junta. Relativamente à questão da limpeza, referiu que estão abertos sempre a fazer uma melhoria contínua. Quanto a não acreditarem no seu projeto também não esperava outra coisa, mas quer é ver quais são as propostas do Executivo da Junta para fazer essa alteração. Disse que também gostava que as obras da Rua do Comércio já estivessem prontas. Essas obras estão para ser aprovadas desde que foi assinado um acordo em novembro e que está nas Infraestruturas de Portugal para ser aprovado, sendo do seu conhecimento que o mesmo já foi aprovado dentro das Infraestruturas, mas que ainda tem de passar no IMT para ser aprovado definitivamente. Quando isso tiver concretizado, proceder-se-á à conclusão das obras que estão previstas e programadas. Quanto aos projetos megalómanos que referiu, disse que gostava de perceber a que projetos em concreto se refere, porque, pensando ele saber de um dos projetos a que se está a referir, recorda que o mesmo foi aprovado por unanimidade. Concorda com o senhor Presidente da Junta quando diz que quanto mais se criar, maior será a despesa, mas também considera que estarão a criar mais dinâmica. Mais disse que quando refere que somos dos concelhos mais pobres e menos desenvolvidos, os indicadores não dizem isso, nem a nível regional, nem a nível nacional e em muitas questões até estão no topo, embora reconhecendo que onde estão muito mal é no envelhecimento, no abandono e nas oportunidades de trabalho. Referiu que gostaria de ter aberto o *Imaculada Business Center* em agosto do ano transato, mas por vários motivos não foi possível e não pode adiantar uma data porque não tem a certeza que o consiga abrir tão brevemente. Informou que colocar-se-á no site do Município todas as publicações que forem possíveis, sempre baseado na transparência. Em relação à muralha de Castelo Mendo informou que assumiram a responsabilidade da

di
Rob
MARTINHO
Lanes

intervenção. Houveram conversas com a Direção Regional de Cultura, ficando a aguardar uma decisão pois a intervenção está identificada como uma das obras necessárias causadas pelos temporais. Informou que na última visita da Diretora da Direção Regional de Cultura à derrocada da muralha de Castelo Mendo solicitou à mesma que os auxiliassem nos projetos, não obtendo uma resposta positiva. Apenas foi demonstrado disponibilidade para ajudar na identificação de empresas que trabalham com este tipo específico de projetos e com as quais já está em conversações.

di -
Ral
MARTINHO
Lana S.

Interveio novamente a senhora Tânia Martinho para questionar, relativamente à nova lei da faturação, para entidades públicas, procurando saber se a Câmara Municipal já tem esse sistema e se poderá haver algum sistema que possa integrar todas as Juntas de Freguesia. Recordou a situação que aconteceu com a freguesia da Miuzela em que o Município pagou, mas as faturas vinham em nome da freguesia.

O senhor Presidente da Câmara disse que a senhora Tânia está a fazer uma grande confusão em relação ao assunto. Quanto à questão da Miuzela foi uma organização de um evento da Câmara Municipal em parceria com a Junta, tendo a Junta tido um papel mais ativo, inclusive nas aquisições e deveria ter sido ao contrário e não ser necessário trazer à Assembleia Municipal para se efetuar o pagamento. Contudo, quem está a faturar são entidades privadas e eles é que têm de resolver a própria faturação. Relativamente à questão da faturação eletrónica, informou que o Município já está com esse processo há cerca de 3 ou 4 anos. As Juntas de Freguesia têm um volume pequeno de faturação e cada uma terá a sua forma de ser integrada no processo porque a contabilidade também é feita de forma diferente, terá de ser ver como será feita com as Juntas. Informou que trabalham há muitos anos com uma plataforma que é a AIRC, do qual são sócios, tendo decidido que todas as aplicações colocadas em funcionamento tinham de ser da AIRC ou passíveis de integrar com a plataforma, de forma a que não existam bases de dados repetidas, sendo uma questão a analisar.

A senhora Tânia retomou a palavra para dizer que na contratação, as empresas podem fazer um melhor preço se for um pacote de Juntas a contratar do que se for individualmente. Deveria averiguar-se sobre o possível interesse e necessidades das Juntas.

O senhor Presidente dirigiu-se aos representantes das Juntas, questionando quem estava com dificuldade, relativamente à faturação. Interveio o Presidente de Junta de Vilar Formoso, esclarecendo que trabalham com uma plataforma designada FAP, gerida pelas Finanças só que é incompatível com o programa que possuem de contabilidade. O serviço é gratuito, mas diz que se sente obrigado a recorrer ao setor privado para contratar uma empresa. O problema tem a ver com a faturação e também com o rececionamento de faturas, concordando com a sugestão da Tânia Martinho, da aquisição de um pacote, considerando que seria muito mais viável financeiramente para as Juntas de Freguesia.

Interveio o membro Manuel Gomes, dizendo que “juntos as coisas são mais fáceis”, contudo, recordou que existem várias Associações de Freguesias no Concelho, sendo sua opinião que, se calhar, as coisas deveriam primeiramente passar por essas Associações. Estas Associações estão a ser utilizadas apenas para um determinado tipo de trabalho, mas talvez se pudesse ampliar a sua forma de trabalho, constituindo um parceiro mais importante para a Câmara do que cada Junta de Freguesia individualmente.

O senhor Presidente da Câmara disse que se houver a assunção dessa dificuldade pelas Juntas, estarão dispostos a ajudar, mas que desconhece os programas das Juntas, afirmando que efetivamente a aquisição em grupo poderá ser feita através da Câmara ou mesmo pelas Associações de Freguesia, como referiu o senhor Manuel Gomes. Deu como exemplo a aquisição de energia elétrica, que por variadíssimas razões não tem sido feita em associação com a Associação de Municípios da Cova da Beira.

at -
Ral -
MANUEL
Lanas

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu o período da Ordem do Dia pondo à discussão o primeiro ponto:

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo (alínea c), do n.º 2 do artigo 25, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, afirmando este colocar-se à disposição para responder a qualquer questão. Informou que estão a fazer muita aquisição e melhoria de muitas áreas, levando a um grande esforço financeiro da Câmara, mas a continuar o custo que se tem verificado do nível de vida e se não houver reposição das receitas que tinham anteriormente, a situação vai-se tornar muito difícil e serão obrigados a tomar decisões.

Interveio o senhor António Frias para questionar o senhor Presidente da Câmara se confirmava o valor de 10.853.283,00€ (dez milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, duzentos e oitenta e três euros) relativo aos compromissos assumidos, ao que o senhor Presidente lhe respondeu que sim, que confirmava.

Interveio o senhor João Filipe Coelho, para questionar o senhor Presidente da Câmara do porquê de já ter superado em 20 % o valor de adjudicação da Obra "Rede de Esgotos, Estação Elevatória e Pavimentação do Caminho da Fonte dos Moiros, em Nave de Haver", bem como da obra "Ampliação e Pavimentação da Travessa do Vale Esquerdo, em Nave de Haver". A que é que se deve o aumento e se ainda vai aumentar mais. Procurou também saber o ponto de situação em relação ao "Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia do Município de Almeida" e da "Casa de Abrigo de Valverde".

O senhor Presidente da Câmara disse que existem trabalhos complementares que já foram aprovados para a realização dessas empreitadas, muitas vezes tem a ver com a localização dos equipamentos, de situações imprevistas e problemas que surgem durante a obra e é necessário fazer esse complemento. Na questão de Valverde a obra iniciou, mas não está a avançar muito e quanto ao Centro de Recolha de Animais, já está na fase de conclusão.

2. Transferência de Competências na Área Social. Alteração do Decreto Lei 55/2020, de 12 de agosto. Prorrogação do Prazo para a aceitação das Competências;

Informou o senhor Presidente da Câmara que, pese embora, se esteja já muito em cima do momento, a Associação de Municípios solicitou que fosse concretizado este preceito legal, até ver o que

é que vai acontecer em abril.

Colocado a votação a Prorrogação do Prazo para a Aceitação das Competências na Área Social, foi a mesma aprovada, por unanimidade.

3. 1.ª revisão ao Orçamento 2023;

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que houve o reforço de várias rúbricas, fortalecendo os projetos que pretendem ver iniciados, que não vão certamente conseguir concluí-los, mas disse querer pelo menos ter o lançamento desses concursos quer para projetos quer para obras. Mais informou que muitos dos reforços que fizeram têm a ver com o funcionamento e despesas energéticas, atualização dos concursos com a recolha de resíduos. Dirigindo-se ao Presidente de Junta de Freguesia de Vilar Formoso, disse que se colocou dinheiro para a aquisição de terrenos. Não gostaria de intervir na obra de remodelação do espaço TIR, pretendendo que o Governo assumisse todas as questões que protocolou com o Município. Ao acontecer isso, esse dinheiro daria para fazer aquisição de outros equipamentos que fazem falta, para colocar em funcionamento projetos que consideram estruturantes, principalmente no núcleo central de Vilar Formoso. Colocou-se também os projetos que dão corpo a uma das principais atividades que defendeu no seu programa e que é o Turismo de Natureza, continuando a reforçar as empreitadas com as quais se comprometeram.

Colocado a votação a 1.ª revisão ao Orçamento 2023, foi o documento aprovado, por maioria, com 22 (vinte e dois) votos a favor, 0 (zero) votos contra e 7 (sete) abstenções). Abstiveram-se: João Filipe Saraiva Coelho, João Silvestre Fabião, Tânia Martinho, Jaime Varelas, Sara Correia, Sónia Cunha e André Silva. Não procederam à votação os membros António Frias e Carlos Rodrigues, por se encontrarem ausentes da sala.

4. Delegar no Presidente da Câmara, Competências para Negociar a Dívida à AZC;

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para que pudesse informar sobre o assunto supramencionado, cuja explicação já tinha iniciado no período de Antes da Ordem do Dia.

O senhor Presidente da Câmara disse que existem várias questões: a primeira, que há um acordo que foi feito e cerca de 19 milhões que estão definidos para serem colocados a favor dos Municípios. Há um valor de tarifa que o Município tem de se submeter para fazer esse pagamento. Há um valor de tarifa e de quantidade e medição que também têm de submeter, que é na parte de saneamento e há questões que reivindica como a estrada de Malpartida que está toda degradada porque está uma conduta com ruturas constantes, quase diárias. Há a questão da ETA de São Miguel que foi colocada à disposição das Águas do Zêzere e Côa na altura, hoje Águas Vale do Tejo, e que está completamente abandonada, degradada e delapidada, reivindicando que seja reposta ou que sejam indemnizados. Finalmente, há a questão das rendas, porque existem infraestruturas que estão ao dispor das Águas do Vale do Tejo que nunca entraram na equação das rendas por causa da viabilidade da empresa, sendo certo que a mesma para ter viabilidade não paga as rendas que são devidas aos vários municípios, mas, anualmente, as

di -
Rel -
MARTIN
lanas

tarifas da água e as taxas estão sempre a subir e não há reduções, contudo, o Município tem mantido as tarifas, levando a que tenha aumentado a “décalage” entre o custo e a receita. Disse que nas reuniões que teve, a empresa compreendia o problema do Município, mas soluções não apresentaram nenhuma. Concluindo, referiu que o que reivindicam é serem ressarcidos do que consta no Tribunal Arbitral, serem ressarcidos da parte do saneamento e pagar-se ou negociar um valor em relação à água, da tarifa que está calculada, podendo vir a ser credores. Disse esperar que ajam com boa fé, que não faltou até ao momento.

di-
Ral-
MUN
lanas.

Interveio o senhor Presidente da Assembleia para dizer que lamenta a morosidade dos tribunais pois este assunto já se arrasta há doze anos e que espera que agora, com esta decisão do Tribunal Arbitral, finalmente a empresa Águas do Vale do Tejo aja de boa fé, tal como referiu o senhor Presidente da Câmara. Não quis deixar de referir, para conhecimento de toda a Assembleia, e para confirmar a maneira discriminatória, de forma negativa, que o Município de Almeida foi objeto por parte da empresa hoje Águas do Vale do Tejo, pois era dos municípios que pagava a água e o saneamento mais caros de todos os sistemas multimunicipais do País. Disse que, inclusive, na própria decisão do Tribunal Arbitral vem explicita esta discriminação, quando lá se menciona que o sistema de Raia Tejo e Nabão -Castelo Branco assinou a concessão nem um ano depois da de Almeida e teve os preços muito mais reduzidos, utilizaram ou deixaram utilizar a contagem que sempre foi reivindicada pelo Município de Almeida de que o saneamento a pagar seria 80% da água consumida e Castelo Branco só pagava 80% sobre a água faturada quando todos os estudos apontavam que havia perdas de 40 a 50% entre a água fornecida em alta e a água faturada, sendo claro o tratamento diferenciado que era dado a uns municípios e a outros. Mais disse que os 19 milhões de euros estiveram em orçamento das Águas de Portugal e se o estiveram foi porque reconheciam essa dívida, mas da qual nunca nos ressarciram. Concluiu, dizendo que prevê que vá haver recurso desta decisão do Tribunal Arbitral, pelo que aconselha ao senhor Presidente da Câmara que encete conversações com o Governo, mais precisamente com o Ministro da Tutela pois não vê, nem as Águas de Portugal, nem a administração das Águas do Vale do Tejo predispostas a negociar, pois, desembolsar esse dinheiro iria contribuir para um grande desequilíbrio financeiro. Seguidamente, enunciou uma série de pontos com argumentos para contestar e reivindicar o valor devido.

Interveio o senhor António Frias para dizer que a posição ao longo destes anos tem sido a de defesa do Município enquanto vereador e enquanto membro da Assembleia Municipal e, pessoalmente mantém-se fiel a ela. Disse concordar com a opinião do senhor Presidente da Assembleia quando diz que irão apresentar recurso.

O senhor Presidente da Câmara disse querer reforçar o que foi dito pelo senhor António Frias e pelo senhor Presidente da Assembleia. Referiu que todo o trabalho desenvolvido também foi fruto das suas intervenções ao longo dos anos, pelo que o que pretende é continuar a ser mandatado, dando conta sempre da posição final que o Município irá propor. Sente que o Município foi por vezes manipulado, porque os Municípios não mantiveram todos a mesma postura e na parte final das negociações, que já vêm de há quase dois anos, sobraram sete municípios que se mantiveram firmes e não recuaram.

Colocado a votação, foi aprovado por unanimidade, Delegar no Presidente da Câmara, Competências para Negociar a Dívida à AZC.

5. Voto de Solidariedade com a Luta do Povo Ucraniano e Condenação da Invasão Russa

Interveio o senhor Presidente da Câmara para dizer que um país agressor não pode ter apoio de ninguém. Disse não conseguir esquecer o olhar de tristeza que todos os elementos da equipa de Pólo Aquático que estagiou em Almeida tinham na sua expressão e que as consequências desta invasão vão ter durante tanto tempo. Disse que não é só o que se passa com a Rússia e a Ucrânia. Pensa que toda a Humanidade está a precisar de renovar princípios que se estão a perder.

Colocado a votação, foi aprovado por unanimidade, o Voto de Solidariedade com a Luta do Povo Ucraniano e Condenação da Invasão Russa.

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que, nos termos do disposto no artigo 49.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais fixava-se o período de intervenção aberto ao público, lembrando que este período está contido no Regimento da Assembleia Municipal de Almeida, nos pontos 1 e 3, do artigo 20.º, sendo dado 5 minutos a cada intervenção, não podendo exceder um total de 30 minutos, solicitando, de seguida, a cada um dos intervenientes que identifique, de forma clara, o assunto a tratar.

Solicitou a intervenção o senhor Presidente da Câmara, uma vez que não o fez no início da sessão, para agradecer à senhora Alice Afonso, Presidente da União de Freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova, pelo acolhimento e a disponibilização das instalações e aproveitando para a congratular pelo trabalho social que desenvolve em geral, e em particular na freguesia de Leomil. Deu as boas vindas aos elementos que estão em substituição e à renovação da Assembleia, transmitindo as rápidas melhoras ao senhor José Isidoro.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Lavradas e lidas as deliberações constantes desta ata, foram aprovadas em minuta, para efeitos de execução imediata, pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António Baptista Ribeiro, ficando aprovada, por unanimidade, a minuta desta ata da Assembleia Municipal de Almeida, em ordem ao preceituado no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Foram colocados os pontos 2, 3 e 4 a votação em minuta, tendo sido os mesmos aprovados, por unanimidade, para produzir efeitos imediatos e executórios.

ca -
Ral -
MATEO
Lancs

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar nesta sessão, eram onze horas e trinta minutos, do dia 27 de fevereiro de dois mil e vinte três, quando o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Almeida, deu por encerrada a presente sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte, pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António Baptista Ribeiro, pelo Primeiro Secretário, João Paulo Pires Rolim, pelo Segundo Secretário, Mariana de Almeida Estevão e por mim, Lara Gomes Silva, que a subscrevi.

O Presidente da Mesa António Baptista Ribeiro

O Primeiro Secretário João Paulo Pires Rolim

O Segundo Secretário Mariana de Almeida Estevão

A Assistente Técnica Lara Gomes Silva